

**“Os olhos que passavam
os dias a me vigiar”:
apontamentos sobre a invisibilidade da
violência sexual nas universidades brasileiras**

Edilson Márcio Almeida da Silva¹
Universidade Federal Fluminense

Resumo: Haja vista que a violência corresponde ao que Bourdieu chamaria de uma problemática obrigatória dos tempos atuais, o meu objetivo neste artigo consiste em discutir a invisibilidade da violência sexual nas universidades brasileiras. A partir de duas situações nas quais me envolvi enquanto professor, procuro problematizar a referida invisibilidade, considerando, concomitantemente, os fundamentos que a sustentam, as condições necessárias à sua superação e algumas iniciativas que têm sido adotadas nesse sentido.

Palavras-chave: violência sexual; invisibilidade; universidades brasileiras.

SILVA, Edilson Márcio Almeida da. “Os olhos que passavam os dias a me vigiar” : apontamentos sobre a invisibilidade da violência sexual nas universidades brasileiras. *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 12 (28): 551-566, janeiro a abril de 2025. ISSN: 2358-5587

¹ Graduação em Ciências Sociais (1995), pós-graduação em Políticas Públicas de Justiça Criminal e Segurança Pública (2000), mestrado em Antropologia (2000) e doutorado em Antropologia (2007), todos cursados na Universidade Federal Fluminense. Pós-doutorado em Sociologia pela Universidade Nova de Lisboa. Professor Associado III do Departamento de Antropologia e professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF.

“The eyes that watched me all day”: Notes on the invisibility of sexual violence in Brazilian universities

Abstract: Given that violence, in general, is what Bourdieu would call an important and problematic issue today, my aim in this article is to discuss the invisibility of sexual violence in Brazilian universities. Based on two situations in which I was involved in my professor's role, I seek to problematize this invisibility addressing its supporting foundation, as well as the conditions necessary to overcome it, alongside some initiatives that have been adopted in that direction.

Keywords: sexual violence; invisibility; Brazilian universities.

“Los ojos que me miraban todo el día”: apuntes sobre la invisibilidad de la violencia sexual en las universidades brasileñas

Resumen: Dado que la violencia es lo que Bourdieu llamaría una problemática obligatoria en los tiempos actuales, mi objetivo en este artículo es discutir la invisibilidad de la violencia sexual en las universidades brasileñas. A partir de dos situaciones en las que estuve involucrado como profesor, intento problematizar esa invisibilidad, considerando al mismo tiempo los fundamentos que la sostienen, las condiciones necesarias para superarla y algunas iniciativas que se han adoptado en esa dirección.

Palabras clave: violencia sexual; invisibilidad; universidades brasileñas.

*A lembrança do silêncio daquelas tardes
A vergonha do espelho naquelas marcas
Havia algo de insano naqueles olhos, olhos insanos
Os olhos que passavam o dia a me vigiar, a me vigiar...*

Os versos escolhidos como epígrafe deste artigo fazem parte de uma canção² dedicada a uma temática de indelével relevância na atualidade, mas que, na época do seu lançamento, em meados da década de 1980, dispunha de pouquíssima visibilidade: a violência sexual. Baseada no caso de uma jovem que vivia um relacionamento abusivo nos tempos da escola, a princípio, a letra não suscitou grande interesse nos ouvintes. Ainda que temáticas de cunho social e político tivessem lugar no cenário musical do período, sob certos aspectos, a composição parecia estar à frente do seu tempo, o que, decerto, contribuiu para a receptividade não engajada do grande público. Decorridas cerca de três décadas, a canção passou a frequentar diferentes domínios da vida social, ensejando, inclusive, a realização de debates acadêmicos³ e a produção de artigos científicos⁴ (Cf. SANTOS, 2015; LELIS e FORTES JÚNIOR, 2016), o que indica tanto uma mudança de mentalidade, como o atual reconhecimento da gravidade do problema e da imperiosa necessidade de enfrentá-lo. Senão, vejamos.

De acordo com estudo publicado em 2023 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) (FERREIRA *et al.* (2023), a cada ano, o Brasil apresenta um total de aproximadamente 822 mil casos de estupro; o equivalente a dois por minuto. Cotejando diferentes bases de dados⁵, o levantamento aponta que, do total de casos estimados, apenas 8,5% chegam ao conhecimento da polícia, ao passo que só 4,2% são identificados pelo sistema de saúde. Outro levantamento, o Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, do Ministério das Mulheres⁶, mostra que, ao longo de 2022, houve pelo menos 154 casos diários de violência sexual contra mulheres no país. Segundo dados do Sistema de Informação de Agravos de Notificações (Sinan), do Ministério da Saúde⁷, este teria sido o maior acumulado desde 2015, ano em que os dados começaram a ser computados. Ao todo, foram notificados 56.135 casos, sendo 38,7 mil estupros, 16 mil

² Excerto da canção *Camila, Camila*, da banda de pop rock gaúcha *Nenhum de Nós*. A faixa integra o álbum homônimo, lançado no ano de 1987 pelo Selo Plug.

³ Nesse sentido, pode-se mencionar o evento *on-line* intitulado *Sobre Camilas... um bate papo sobre violência contra a mulher e o que podemos fazer para mudar a realidade*. Realizada no dia 9 de dezembro de 2020, às 19h, por iniciativa do curso de Direito da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a atividade tomou a letra da canção como ponto de partida para um debate com uma advogada criminalista e dois membros da banda *Nenhum de Nós*, que discutiram sobre o processo de criação da faixa e sua repercussão.

⁴

⁵ O estudo se baseou em dados da Pesquisa Nacional da Saúde, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNS/IBGE), e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), do Ministério da Saúde, tendo 2019 como ano de referência.

⁶ Disponível (on-line) em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/painel-de-indicadores>

⁷ O Sinan é uma das fontes que alimentam o Painel de Indicadores do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. Além das informações do Sinan, o Painel conta com dados originários do Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública, do Ministério da Justiça. No primeiro caso, os registros referem-se a notificações compulsórias de violência doméstica, violência sexual e tentativa de suicídios. No segundo, a homicídios e lesões corporais seguidas de morte.

assédios sexuais e 1.135 explorações sexuais. Outra pesquisa, do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (BUENO, *et al.*, 2023), assinala que cerca de 18,6 milhões de brasileiras sofreram algum tipo de violência no ano de 2022. Conforme as estimativas, ao longo da vida, uma em cada três brasileiras com mais de 16 anos teria sido submetida à violência física ou sexual por parceiro íntimo. No caso, mais de 21,5 milhões de mulheres seriam vítimas de tais violências, o que representa 33,4% da população feminina do país. O levantamento assinala que 46,7% das brasileiras (aproximadamente 30 milhões) sofreram assédio sexual no ano de 2022, perfazendo, assim, um crescimento de quase 9 pontos percentuais em relação a 2021, quando a prevalência de assédio havia sido de 37,9%.

Além de apresentarem números alarmantes, outro ponto em comum nos levantamentos diz respeito à identificação do local de residência como aquele em que as mulheres estariam mais expostas à violência, inclusive, sexual. Todavia, apesar de a vitimização feminina acontecer majoritariamente em ambiente doméstico, não há como desconsiderar o recrudesimento das violências infligidas às mulheres também em outros espaços, como universidades, por exemplo. Um levantamento realizado pelo Intercept Brasil (SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo, 2019)⁸ aponta que, entre os anos de 2008 e 2019, mais de 550 mulheres (estudantes, professoras e funcionárias) foram vítimas de algum tipo de violência em instituições de ensino superior brasileiras. Entre os casos reportados na pesquisa, destacam-se os de assédio e estupro que, na maior parte das vezes, contaram com a autoria de professores ou alunos⁹. A análise teve como ponto de partida 209 denúncias então encaminhadas a universidades dos quatro cantos do país, num total de 122, das quais 34 particulares e 88 públicas. A grande maioria dos casos (80%) teria ocorrido no interior dos campi, em locais como banheiros, moradias universitárias e áreas de estacionamento, sendo que, em alguns deles, um mesmo agressor foi apontado por mais de uma vítima.

Beijos à força, perseguições, carícias não-consentidas, registros fotográficos invasivos, tentativas de barganha envolvendo favores sexuais, enfim, diversas têm sido as formas de violência a que as mulheres se vêm expostas dentro e fora das universidades brasileiras. Em meio a tantas possibilidades, não há como negligenciar os já referidos casos de estupro, temática reconhecidamente delicada que, a depender do modo como é tratada, pode produzir impactos profundos que se fazem sentir tanto subjetiva quanto intersubjetivamente. Em consonância com essa perspectiva, proponho, a seguir, um exercício autorreflexivo, tendo como ponto de partida duas controvertidas situações das quais tomei parte na condição de professor, ambas envolvendo a questão do estupro. Para além da análise dos episódios em si, o exercício tem por objetivo contribuir para a construção de um olhar menos distanciado e, por corolário, mais atento aos dilemas enfrentados por mulheres que, direta ou indiretamente, têm de se haver com as importunações, situações abusivas e agressões praticadas em nossas instituições de ensino.

⁸ O recurso a uma fonte jornalística se justifica pela existência de poucas informações estruturadas sobre violência sexual nas universidades brasileiras. No caso da reportagem em questão, o levantamento foi feito com base em casos reportados na imprensa e/ou por movimentos estudantis.

⁹ Segundo a reportagem, os demais algozes ou não foram identificados, ou não eram diretamente vinculados às universidades, como técnicos terceirizados ou operários de construções também terceirizadas.

De fora e de longe ou de perto e de dentro? Olhares sobre a violência

Entre os meses de abril e setembro de 2004, o Instituto de Segurança Pública do Rio de Janeiro realizou uma pesquisa sobre o sentimento de insegurança¹⁰ na qual foram ouvidas 3.600 pessoas em nove bairros das zonas Norte, Oeste e Sul da cidade¹¹. Uma curiosa conclusão da pesquisa aponta que o sentimento de insegurança aumentava em proporção direta à distância dos locais tidos como familiares pelos entrevistados, sem que houvesse correlação direta com a incidência de eventos criminais, notificados ou não. Naquele contexto, embora 86% das pessoas sondadas considerassem que a criminalidade tinha aumentado na cidade, apenas 43% apresentavam a mesma opinião com relação ao bairro em que residiam (mesmo quando se tratava de lugares com grande número de ocorrências policiais registradas), percentual que caía ainda mais (para 29%) quando, ao invés do bairro, o local de referência era a rua onde moravam. Não seria exagero afirmar que, num certo sentido, algo semelhante se verifica na relação comumente estabelecida entre as universidades brasileiras e as questões do assédio/violência sexuais, algo que poderia ser sintetizado pelo adágio “o inferno são os outros”.

Como mostra a supracitada pesquisa, a tendência dos entrevistados de identificar uma diminuição nos índices de criminalidade nos locais mais próximos de sua residência (e, portanto, de sua experiência pessoal) não contraria a representação de que tais índices teriam aumentado na cidade como um todo. Pelo contrário. Ela parece apenas deslocar o problema, expulsando-o da esfera da domesticidade para o assim chamado “mundo da rua”, algo que, de certo modo, também se verifica nos contextos universitários. E isso não só no que se refere aos mecanismos de denúncia e apuração dos casos de assédio e violência sexuais (tópico do qual me ocuparei adiante), mas à atenção desproporcionalmente dedicada à temática na produção acadêmico-científica nacional. Se, nas últimas décadas, produziu-se um considerável acúmulo de trabalhos sobre violência sexual em áreas como Ciências Sociais, Psicologia e Serviço Social, há que se reconhecer que, neles, as manifestações atinentes a espaços universitários ocupam um lugar claramente adventício¹². À primeira vista, poderíamos supor que, acostumados a privilegiar os problemas da tribo, os pesquisadores tinham desenvolvido uma espécie de miopia às avessas para os da própria aldeia. Mas, evidentemente, as coisas não são tão simples. Pelo menos, não no que se refere à Antropologia praticada nos tempos correntes.

¹⁰ A pesquisa *Avaliando o Sentimento de Insegurança nos Bairros do Rio de Janeiro* foi realizada pelo NUPESP – Núcleo de Pesquisa em Justiça Criminal e Segurança Pública, sob a coordenação da Profa. Dra. Ana Paula Mendes de Miranda e contou com apoio financeiro da FAPERJ. O objetivo da pesquisa era dimensionar o sentimento de insegurança dos moradores de alguns bairros da cidade do Rio de Janeiro, com diferentes perfis socioeconômicos.

¹¹ Para a realização da pesquisa quantitativa, de cunho comparativo, foram selecionados nove bairros da cidade do Rio de Janeiro, com características distintas: Lagoa, Copacabana e Botafogo (Zona Sul), Pavuna, Méier e Bonsucesso (Zona Norte), e Campo Grande, Bangu e Santa Cruz (Zona Oeste), considerando-se como critérios para essa seleção o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), a taxa anual de homicídios por mil habitantes e a população residente acima de 15.000 habitantes. Conforme mencionado, foram entrevistados, no total, 3.600 moradores desses bairros (400 pessoas em cada), todos com idade a partir de 18 anos.

¹² Em uma pesquisa exploratória, realizada em 2017, na base de dados *Scielo*, com os descritores “mulher”, “violência” e “universidade”, Bellini (2018) identificou a existência de mais de trezentos e sessenta publicações sobre mulheres e violência de gênero, mas, com o direcionamento específico às mulheres universitárias, encontrou apenas oito artigos. O levantamento foi realizado de forma aberta, sem especificação de período. De acordo com a autora, os artigos voltados especificamente à violência contra a mulher na universidade apareceram a partir de 2008. Para maiores detalhes, ver BELLINI, Daniela Mara Gouvêa (2018).

Há muito, a disciplina deixou de privilegiar os estudos de vastas áreas geográficas com base em sistemas explicativos generalistas que almejavam elucidar a diversidade das culturas e a ocorrência de fenômenos similares em diferentes épocas e lugares. Por outro lado, também vai longe o tempo em que sociedades de pequena escala eram tratadas como totalidades autocontidas que, como tais, eram consideradas alheias à ação do tempo e do espaço. Hoje, preconiza-se que os antropólogos adotem perspectivas teórico-metodológicas que lhes permitam contemplar, de forma compósita, o que está longe e o que está perto, o micro e o macrosocial. Assim, se realmente quisermos entender o relativo desinteresse (inclusive do mundo acadêmico!) pelas relações abusivas nas universidades, as razões devem ser buscadas intra e extra-muros, posto que se, por um lado, elas têm relação com diretrizes, práticas e procedimentos inerentes a tais espaços, por outro, dialogam com questões de ordem estrutural, típicas da sociedade brasileira.

Nas linhas que seguem, procurarei delinear uma visão de conjunto do referido desinteresse, considerando, concomitantemente, os fundamentos que o sustentam, as condições necessárias à sua superação e algumas iniciativas que têm sido adotadas nesse sentido. Sem pretender esgotar qualquer desses tópicos, a ideia é problematizar os tensionamentos existentes entre certas representações e práticas que favorecem a manutenção da situação atual e outras que, no sentido oposto, apontam para certas mudanças sociais em curso. Sob tal perspectiva, tomarei como ponto de partida dois episódios que podem contribuir para a compreensão dessa realidade complexa, dotada de indiscutível relevância social e que, como tal, exige a atenção de todos e cada um de nós.

“Porque o mal é o que sai da boca do homem”: os casos

O primeiro episódio ocorreu no segundo semestre de 2016, quando ministrava uma disciplina de Teoria Antropológica para o curso de Ciências Sociais, no Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Na ocasião, discutia com a turma alguns aspectos da antinomia natureza e cultura, assinalando como, segundo vertentes clássicas da Antropologia, seria a cultura, mais do que a herança genética, o que determina o comportamento humano e justifica suas realizações. Contrariando os postulados do determinismo biológico, revisei teses como a de que a humanidade teria anulado parcialmente seus instintos ao longo de um complexo processo evolutivo que veio a gerar o seu progressivo distanciamento do mundo animal. Àquela altura, tinha por objetivo chamar a atenção dos/as estudantes para a centralidade do condicionamento cultural no desenvolvimento dos temperamentos e papéis sociais dos seres humanos em diferentes sociedades, inclusive, na brasileira.

Para ilustrar a discussão, apresentei alguns exemplos relativos a questões de gênero, sexo e sexualidade. Em um deles, discorri sobre uma situação hipotética envolvendo uma micareta, espécie de "carnaval fora de época" que acontece no decorrer de todo o ano em diferentes regiões do país¹³. Conhecidas pelo ambiente de alegria, descontração e liberalidade, a certa altura, as micaretas também passaram a frequentar as páginas dos jornais devido a ocorrências de abordagens agressivas, constrangimentos e outras práticas sexistas. A fim de desnaturalizar

¹³ Reunindo milhares de jovens, sobretudo, em localidades abertas, esses eventos contam com “blocos” delimitados por cordas e camarotes espalhados pelo circuito do(s) trio(s) elétrico(s) ou em torno do(s) palco(s) em que se apresentam as atrações convidadas.

a ideia de que o sexo, no seu aspecto biológico, determinaria tais comportamentos, lancei mão de uma alegoria que combinava elementos de ficção e realidade, o que se revelou uma estratégia, no mínimo, inapropriada.

Nessa busca de articulação entre os planos teórico e prático, supus que seria interessante aludir a situações ou contextos com os quais todos tivéssemos alguma familiaridade, mesmo que indireta. Assim sendo, me dirigi a uma discente, perguntei o seu nome e, ato contínuo, dei início à explanação que ora reproduzo de memória: “Imaginem que estou numa micareta, bebendo e me divertindo com um grupo de amigos. Em meio ao ambiente festivo, eis que avisto Rosalva¹⁴, que também desfruta animadamente daquele momento com suas amigas. Sem titubear, inicio uma aproximação e, encorajado pela ambiência do entorno, tento uma investida, porém, não obtenho sucesso. Dado o meu particular interesse por mulheres de cabelos coloridos, como os de nossa colega, faço uma nova investida e, diante de outra negativa, tento agarrá-la...”. Antes de concluir o raciocínio, fui interrompido por um estudante que, da última fila, se manifestou em alto e bom som: “Gente, será que só eu fiquei incomodado com isso?”. A turma respondeu com um silêncio sepulcral, permanecendo assim até o final da aula.

Dois dias depois, a quietude instaurada no último encontro mantinha-se inabalável. Foram quase duas horas de solilóquio involuntário, até que eu chegasse aos apontamentos finais, já ansiando, a essa altura, pelo encerramento da aula. De forma aparentemente coordenada, cerca de cinquenta pessoas saíram em bloco da sala, deixando para trás um grupo composto de dez a doze estudantes, metade das quais caracterizada pelo uso de madeixas na cor azul. A fim de entender o que se passava, perguntei em que poderia ajudá-las, o que deu início a um diálogo que ainda hoje guardo na memória. De modo respeitoso, mas sem delongas, uma das estudantes tomou a palavra com o propósito de me deixar a par do desconforto causado pela minha “fala sobre o estupro na aula passada”. Imediatamente, associei o que ela dizia ao malfadado exemplo da micareta. Não deu outra! Um tanto quanto aturdido, procurei ouvir atentamente o que era exposto, de modo a não só ter condições de me posicionar, como esclarecer aquilo que, durante algum tempo, interpretei como um lamentável mal-entendido.

Em resposta a essa primeira colocação, afirmei ter a convicção de que, em momento algum, havia feito referência à palavra estupro ou a qualquer termo correlato. Em reação, também aliando polidez e firmeza, uma segunda interlocutora interveio, alegando que a concepção de estupro vinha sendo ressignificada e que, portanto, não haveria a necessidade de emprego do vocábulo para a alusão ou caracterização desse tipo de prática. No mesmo diapasão, outra discente acrescentou que estávamos lidando com uma temática da maior importância, mas que o encaminhamento dado à questão era despropositado. Dizia que não havia ficado claro se estávamos diante de um exemplo hipotético e que, tal qual apresentado, ele poderia surtir um efeito de coação sobre o público feminino. Naquele momento, me dei conta de que havia um incontornável descompasso entre a mensagem que pretendia emitir e a que efetivamente chegou aos/às receptores/as. Destarte, não restava muito mais a se fazer, para além de um pedido de desculpas a todos/as e, mais particularmente, à jovem referida na desafortunada alegoria.

O segundo episódio se passou seis anos depois, no segundo semestre de 2022. Àquela altura, eu ministrava uma disciplina intitulada Antropologia e Diversidade Cultural, também nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e

¹⁴ Nome fictício.

Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Diferentemente do curso de Teoria Antropológica, que era noturno, as aulas desta disciplina ocorriam pela manhã, tendo como público-alvo estudantes do Bacharelado em Antropologia e, em menor escala, de outros cursos da grande área de Humanas, tais como: Ciências Sociais, História, Sociologia e Relações Internacionais. Por fazer parte do rol das disciplinas optativas, a inscrição dos estudantes prescindia do cumprimento de pré-requisitos, o que favoreceu a formação de numa turma bastante heterogênea, composta de discentes de diferentes períodos, com interesses e motivações os mais diversos. Alguns já haviam sido meus alunos em uma ou outra oportunidade, mas, até aquele momento, a maioria deles ainda me era desconhecida.

Partindo do pressuposto de que, embora uma, a humanidade é diversa na sua forma e expressão, um dos objetivos do curso era abordar determinadas dimensões da produção, difusão e legitimação de saber(es) em diferentes contextos e domínios da vida social. Nesse sentido, além de aulas expositivas, um importante recurso didático utilizado eram seminários temáticos em grupo, por meio dos quais eu pretendia treinar e desenvolver, nos discentes, as habilidades acadêmicas de exposição e debate. Um dos seminários, dedicado à discussão da linguagem escrita, tinha como texto-base um capítulo de um famoso livro de Pierre Bourdieu (1998). Dada a sua densidade, não são poucos os que classificam a obra do sociólogo francês como de difícil compreensão e, por isso mesmo, de tendência elitista. Linguagem rebuscada, períodos longos, jogos de palavras, usos e abusos de recursos metafóricos, entre outros, figuram entre os traços estilísticos de sua produção intelectual. Com o texto que serviu de base para o seminário não haveria de ser diferente.

No dia e hora programados, cinco estudantes se revezavam na apresentação do seminário. Ao menos duas delas haviam cursado disciplinas comigo, de modo que já estavam familiarizadas com a dinâmica. Apesar disso, também essas discentes se mostravam hesitantes durante suas exposições, transparecendo a dificuldade enfrentada na leitura do texto. De modo a deixá-las mais à vontade, a certa altura, fiz uma observação sobre a aridez e a complexidade do texto, relacionando-as à biografia do autor, uma pessoa de origem simples que, ainda jovem, teve que se adaptar ao ethos burguês da École Normale Supérieure¹⁵. Segundo o raciocínio, a linguagem pouco acessível – que acompanhou Bourdieu durante toda a vida, inclusive, nas conferências e palestras que realizava – seria, a um só tempo, reflexo e reação à sua socialização acadêmica. Por outro lado, eu procurava apontar que, ao menos em parte, a forma assumida pelos escritos do sociólogo resultava de um esforço deliberado, o que, por vezes, tornava a leitura dos seus textos dolorosa, como numa espécie de “estupro intelectual”. Feita a intervenção, devolvi a palavra ao grupo, que prosseguiu com o seminário, sinalizando, porém, não ter muito mais a dizer. Indaguei aos presentes se restava alguma dúvida ou algo a acrescentar e, diante da negativa, dei a aula por encerrada.

Dias depois, recebi uma surpreendente mensagem, via WhatsApp, dizendo que algumas alunas estavam repercutindo com desaprovação a forma como, segundo elas, eu teria me reportado à temática do estupro. Considerando-se que, com o passar do tempo, o burburinho poderia ter maiores desdobramentos, tive que decidir, o quanto antes, o que fazer a respeito. Assim, nos vinte minutos finais da aula seguinte, procurei tratar abertamente da questão. Perante uma sala de

¹⁵ Nascido, em 1930, no sudoeste da França (Hautes-Pyrénées), Bourdieu era filho de um funcionário dos Correios, de descendência campestre, condição que, a princípio, o teria levado a dispor de uma educação provinciana. Dados os seus antecedentes, ao cursar Filosofia na École Normale Supérieure, em Paris, entre 1951 e 1954, seria praticamente inevitável que, em alguma medida, ele se sentisse confrontado pela cultura burguesa da maioria de seus colegas, oriundos das classes sociais mais favorecidas da sociedade francesa

aula praticamente lotada, comentei que havia sido informado dos comentários envolvendo o meu nome e solicitei que, por favor, alguém me explicasse o que estava acontecendo. A ideia era tentarmos resolver, juntos, um problema que, de diferentes modos, parecia afligir a vários de nós. Todavia, ao menos por ora, minha busca por interlocução não teria como resposta nada além do silêncio.

Passaram-se duas ou três aulas sem que o assunto voltasse à baila. De minha parte, a essa altura cético quanto à relação de confiança estabelecida com a turma, não havia qualquer intenção em fazê-lo. Todavia, após um novo seminário, quando já me encaminhava para a saída do campus universitário, fui abordado por duas alunas que, sem titubear, interromperam a conversa que então mantinha com a minha estagiária. Uma delas, mais articulada, já havia cursado disciplinas comigo, sendo essa uma das prováveis razões de sua indicação para conversar comigo sobre o episódio em questão. Após mencionar que discentes tinham ficado surpresas e (mais do que isso!) incomodadas com a analogia entre as práticas da leitura e do estupro, a jovem fez questão de esclarecer que as conversas envolvendo o meu nome não tinham fins difamatórios, que seriam, ao invés disso, reflexo do impacto negativo causado por uma fala que classificou como descabida e infeliz. Ao ouvi-la ficou evidente que eu havia tocado num ponto sensível, numa ferida aparentemente refratária à cicatrização. E o meu gesto, a despeito das intenções, tinha concorrido para torná-la nova e vivamente sentida.

“Toda violência se paga”: a invisibilidade da violência sexual nas universidades

Muito já foi dito sobre a polissemia do termo violência e a plêiade de fenômenos que ele é capaz de recobrir. Estudos dedicados ao tema apontam que, ao invés de se falar em ‘violência’, no singular, seria mais apropriado falar em “violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades” (MISSE, 1999: 38). No entanto, embora apresentem variações de forma e sentido, as diferentes modalidades de violência guardam entre si uma importante similitude, haja vista que, em todo e qualquer caso, é “a percepção do limite e da perturbação (e do sofrimento que provoca) que vai caracterizar um ato como violento” (ZALUAR, 1999: 28). Como mostram os casos ora descritos, quem define isso não é quem pratica a(s) violência(s), mas quem a(s) sofre e, portanto, se sente desrespeitado, coagido, profanado.

Em ambos os episódios, as discentes deixaram claro a surpresa e desaprovação quanto às colocações que fiz durante as aulas. Segundo pude entender, para elas, o que eu havia dito não podia ser encarado como um mero exemplo infeliz ou uma analogia inoportuna. Longe disso, minhas falas teriam suscitado em ao menos algumas estudantes lembranças de agressões físicas e/ou psicológicas que, embora não tenham sido necessariamente sucedidas nas universidades, passavam a ter lugar no seu interior por meio da rememoração de traumas, dores, angústias e sofrimentos. Desse modo, ao evocar inadvertidamente a temática do estupro, acabei por atuar como um agente multiplicador de violências pretéritas, erigindo-as à condição de uma espécie de violência mnêmica, cuja característica fundamental consistiria na presentificação de experiências que, no âmbito subjetivo, as vítimas desejavam ver relegadas ao esquecimento.

Se, a princípio, estava propenso a interpretar os episódios como fruto de um ruído na comunicação, com o tempo, acabei por ser convencido de que, de fato, estava diante de uma questão bem mais delicada! No diálogo estabelecido na saída da universidade, eu fui confrontado com uma leitura dos fatos que se revelou

decisiva para essa compreensão. Em primeiro lugar, minhas interlocutoras argumentavam contundentemente sobre o despropósito do uso de expressões como “estupro intelectual”. Diziam que, simplesmente, não haveria termos de comparação entre os impactos de um ato de violência sexual e os suscitados pela leitura de um artigo científico, seja ele qual for. Segundo elas, a memória desse tipo de agressão era tão perturbadora que qualquer alusão – direta ou indireta, nominal ou não – gerava mal-estar, aflição, perplexidade. A fim de me ajudar a dimensionar os efeitos da minha fala, uma das estudantes assinalou que, em contextos de estupro, a vítima fica totalmente acuada e vulnerável, a ponto de se desesperar por não saber se escapará viva do seu algoz.

Como se vê, o tema é absolutamente sensível, o que, no primeiro episódio, foi sinalizado pela postura crítica das estudantes. Sua mobilização lançava luz sobre uma outra face da questão, que extrapolava a esfera da subjetividade. Ao me interpelarem sobre o exemplo da micareta, elas não só manifestavam um incômodo em relação ao uso de uma alegoria envolvendo sua colega da turma, como uma preocupação de que, por essa via, eu estivesse banalizando o problema enfocado. Para elas, tal possibilidade corresponderia a uma espécie de insulto moral (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2008: 136), uma agressão de caráter eminentemente simbólico que tem como marca a “desvalorização ou negação da identidade do interlocutor”. Tomo, aqui, a noção num sentido ampliado, considerando que, do ponto de vista das minhas interlocutoras, as referidas desvalorização e/ou negação incidiriam extensivamente sobre as mulheres em geral. Conforme essa representação, a banalização da violência sexual constituiria um exemplo de insulto moral uma vez que, ao deixar de tratar a temática com os devidos cuidados, respeito e consideração, eu estaria participando da agressão objetiva a direitos fundamentais das sociedades modernas, a saber: os direitos à liberdade e à igualdade.

Como bem sabemos, a exemplo do que se passa em outros espaços da universidade, a sala de aula é atravessada por relações de poder, de modo que, não raro, as atitudes, falas ou gestos aí apresentados assumem conotações políticas. Nesse sentido, em cada contexto analisado, faz-se necessário refletir sobre “quem age, o tipo de atitude e as circunstâncias nas quais se dão as ações, e a compreensão da natureza simbólica dessas ações” (RODRIGUES, 1997: 88). No primeiro episódio, por exemplo, ao enredar uma estudante na minha desafortunada alegoria, justapus elementos de natureza ficcional e não-ficcional, sem atinar para a hipótese de que alguma(s) da(s) presentes (inclusive, a aludida discente) poderia(m) ter passado por algo parecido e, não menos importante, que tal experiência fosse do conhecimento das suas colegas de turma. Seja como for, fato é que, para além de sentimentos como incômodo e desconforto, a minha fala suscitou em um grupo de estudantes uma postura francamente reativa, que pode ser melhor compreendida à luz das conjunturas internacional, nacional e local dos fatos analisados.

O ano de 2015 tem sido apontado na literatura especializada como um marco do ativismo em oposição à violência contra mulheres e do protagonismo feminino nas lutas por direitos. Àquela altura, protestos públicos contra o assédio e a discriminação sexual espalharam-se pelos quatro cantos do mundo. Concomitantemente, importantes conquistas eram obtidas: a Nigéria aboliu a mutilação genital feminina, a diferença salarial entre mulheres e homens foi exposta em Hollywood e o Nepal elegeu sua primeira presidente mulher. No bojo desses acontecimentos, o Brasil tornou-se palco da chamada Primavera Feminista¹⁶, com a “tomada das

¹⁶ A denominação foi assumidamente inspirada na onda de protestos ocorridos em países árabes contra regimes autoritários, no ano de 2011. Organizadas por meio da internet, tais mobilizações ficaram conhecidas como *Primavera Árabe*.

ruas por milhares de mulheres, reverberando a insatisfação contra as pautas conservadoras do Congresso Nacional, com a insatisfação dos retrocessos impostos e o assédio sofrido nas ruas" (DUTRA, 2018: 25). A efervescência política própria dessa nova eclosão do feminismo inspirou a estruturação, dentro e fora das universidades, de coletivos auto-organizados que, valendo-se das mídias digitais como ferramenta de mobilização social, remodelariam o que hoje se entende por movimento social, bem como as suas formas de atuação e organização¹⁷.

Conforme mencionado, o imbróglgio envolvendo as estudantes de cabelos azuis aconteceu no segundo semestre de 2016, no ano seguinte, portanto, aos fatos elencados. No entanto, não há como negar que, direta ou indiretamente, ele se desenrolou sob a influência da nova ambiência psicossocial, cultural e política que desde então se estabelecia. Nesse sentido, a fim de melhor situá-lo, gostaria de fazer dois breves comentários de ordem conjuntural. O primeiro é que o episódio ocorreu no momento em que a maior emissora de TV do país exibia uma minissérie de grande sucesso, que explorava, entre outras temáticas, o preconceito racial e o estupro¹⁸. O segundo, que ele ocorreu pouco depois da realização do VII Encontro Nacional de Mulheres Estudantes da União Nacional dos Estudantes, em março de 2016, na Universidade Federal Fluminense, que contou com a participação de pessoas vinculados a múltiplas vertentes dos movimentos feministas, tais como: a interseccional, a marxista/socialista, a negra e a radical.

Em 2016, o feminismo já era uma realidade difusa, que podia ser encontrada em praticamente toda parte, inclusive, nas salas de aula. Os dois episódios abordados são prova disso. Todavia, ao passo que, no segundo, houve o que se poderia chamar de uma interlocução, no primeiro, as coisas se passaram como que numa sabatina às avessas, na qual, mais importante que falar era ouvir o que as estudantes estavam dispostas a me dizer. Tanto é que, após o meu pedido de desculpas e a exposição de alguns aspectos da minha biografia, uma estudante reiterou que a turma não me conhecia, afirmando que, a despeito das eventuais qualidades que apresentasse, eu não deixava de ser um professor homem, numa sociedade e num mundo dominados por homens. Naquele momento, me dei conta de que a minha individualidade era anulada por uma representação previamente construída, que me erigia à condição de um Outro em relação àquelas discentes. Em casos desse tipo, esse Outro “é geralmente concebido como o ‘patriarcado’ e as instituições e as pessoas que representam a dominação masculina são simplesmente, de maneira frequente, concretizadas pelo termo ‘homens’” (STRATHERN, 2009: 98).

O recado não poderia ser mais claro! A reação à minha fala era, antes e acima de tudo, uma manifestação de revolta frente à ideia de objetificação feminina, típica de um sistema de relações sociais estruturado em torno da desigualdade entre os sexos. Nesse sistema, a dominação masculina tem como contraparte a su-

¹⁷ A centralidade das mídias digitais e do ciberativismo como forma de propagação de ideias e conexões interpessoais fez com que os analistas passassem a falar em “novo feminismo” ou “quarta onda do feminismo”, numa patente demarcação de fronteiras em relação às versões vigentes nas décadas de 1960, 80 e 90.

¹⁸ De autoria de Manuela Dias e direção artística de José Luiz Villamarim, *Justiça* foi uma atração de grande sucesso, indicada para o *Emmy Internacional* nas categorias melhor série dramática e melhor atriz (Adriana Esteves). Exibida pela Rede Globo de Televisão, na faixa das 22h30, entre os dias 22 de agosto e 23 de setembro de 2016, a série contava com quatro histórias paralelas, sendo uma delas a de duas amigas, Débora (filha da patroa) e Rose (da empregada) que, criadas juntas, se consideravam irmãs. Em meio à comemoração do aniversário de 18 anos de Rose, em um luau na praia, elas tinham acabado de comprar maconha em um quiosque das proximidades, quando foram surpreendidas por uma batida policial. Débora conseguiu escapar, mas Rose, que era negra, foi submetida a uma revista e, consequentemente, presa sob a acusação de porte de drogas ilícitas. Assustada, a amiga não voltou para ajudá-la. Sete anos depois, quando saiu da prisão, Rose se reencontrou com Débora, sendo então informada do estupro que ela sofreu durante os festejos de carnaval. Juntas, as amigas decidem encontrar o criminoso, o que dá início a um controvertido plano de vingança.

bordinação e opressão das mulheres, o que, segundo os seus paladinos, seria respaldado pelas leis da natureza e até mesmo pela vontade divina¹⁹. A reação das estudantes incidia, assim, sobre o padrão moral herdado do patriarcalismo, que reproduza a desigualdade entre os sexos por meio de diferentes expedientes, dentre os quais pode-se destacar a invenção de tradições como a de se tratar os casos de violência doméstica como conflitos de proximidade, isto é, como problemas de foro íntimo que devem ser resolvidos na esfera privada, tal qual sugere o vetusto e famigerado adágio: “em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher”.

A mesma lógica se aplica aos casos de violência sexual que, como mostram os estudos, tendem a ser majoritariamente praticados por agressores do sexo masculino contra vítimas do sexo feminino com as quais, predominantemente, possuem relações de parentesco ou proximidade. Conforme assinala Queiroz (2018), em tais contextos, além da agressão física e/ou psicológica, as pessoas que sofrem abuso muitas vezes têm que se haver com as dores provocadas por aqueles que, em princípio, deveriam lhe prestar solidariedade. Isso porque, em lugar do amparo e do estímulo à que a vítima denuncie o agressor, não raro, os familiares procuram abafar o conflito, impondo-lhe diferentes formas de negação, silenciamento e apagamento. Segundo a antropóloga, além de uma importante causa de subnotificação, essa postura produz na vítima um sem-número de efeitos, tais como “bloqueios psicológicos, além de traumas e problemas de natureza diversa, fazendo com que a pessoa comece a duvidar de si mesma, ou ache que não vale a pena denunciar, ou que ela mesma não vale a pena” (p.5). Mas, afinal, qual seria a relação disso com a propalada invisibilidade da violência sexual em nossas universidades?

Como mostra o aludido levantamento do Intercept Brasil, no que concerne aos contextos universitários, a ouvidoria é, em geral, o principal canal para denunciar casos, após o que costumam ser abertas sindicâncias e investigações que podem ter anos de duração. Em regra, nossas instituições de ensino superior não possuem protocolos para prevenir casos de assédio e violência sexual, proteger vítimas ou punir agressores, dispondo apenas de diretrizes abstratas com base nas quais estruturam o que chamam de políticas internas. Em vista disso, Sayuri e Sicuro (2019) apontam que as “Universidades [brasileiras] já foram criticadas por abafar casos de assédio, proteger acusados (principalmente se professores) e silenciar vítimas”. Em tais circunstâncias, à medida que se sentem negligenciadas dentro das instituições, muitas delas optam por denunciar casos na internet, amparadas por ativistas e acadêmicas. Mas, esse não é um processo propriamente simples. Pelo contrário. Subordinadas aos professores que acusam de abusadores, as estudantes preferem não publicizar histórias de assédio por temerem retaliações, como a perda de uma disciplina ou até de um diploma. Por consequência, vários casos acabam não indo adiante nas ouvidorias ou nas Delegacias de Polícia. Além do receio de represálias na carreira acadêmica, justificadamente, as vítimas preferem evitar reviver as lembranças do trauma ao contar o que aconteceu diante de diferentes agentes, como, por exemplo, um professor, um policial

¹⁹ Foi com base nesse tipo de pressuposto que, mesmo após a aprovação da Lei Maria da Penha (11.340/06), um juiz de Sete Lagoas (MG) rejeitou diversos pedidos de medidas contra homens que agrediram e ameaçaram suas companheiras. Com base no entendimento de que a Lei era inconstitucional, o juiz Edilson Rumbelsperger Rodrigues emitiu uma sentença que, embora inusitada, constitui aquilo que se poderia chamar de um caso exemplar. Diz a sentença: “*Ora, a desgraça humana começou no Éden: por causa da mulher, todos nós sabemos, mas também em virtude da ingenuidade, da tolice e da fragilidade emocional do homem (...) O mundo é masculino! A ideia que temos de Deus é masculina! Jesus foi homem!*”. Segundo apuração do jornal *Folha de S. Paulo*, o juiz teria usado uma sentença-padrão, repetindo praticamente os mesmos argumentos nos pedidos de autorização para adoção de medidas de proteção contra mulheres sob risco de violência por parte do marido/companheiro. Em todos os casos, Rodrigues contrapôs-se à vigência da Lei na sua comarca, que então abrangia oito municípios da região metropolitana de Belo Horizonte, com cerca de 250 mil habitantes. Cf. FREITAS, Silvana de (2007).

ou um juiz. Em face do exposto, considero que haja um importante ponto de contato entre as dinâmicas dos tratamentos conferidos à violência sexual dentro e fora das nossas universidades.

Como explica Bourdieu (2002), “cada sociedade, em cada momento, elabora um corpo de problemas sociais tidos por legítimos, dignos de serem discutidos, públicos, por vezes oficializados e, de certo modo, garantidos pelo Estado” (p.35). Infelizmente, hoje, no Brasil, não me parece ser esse o caso das relações abusivas nas universidades. A exemplo do que se verifica nos casos de violência sexual intrafamiliar, os que ocorrem em contextos universitários também tendem a receber um tratamento “doméstico”, sendo, assim, desprovidos da necessária visibilidade. Como bem sabemos, para um problema ser conduzido à condição de ‘problema público’, faz-se necessário que ele extrapole a esfera privada e, ganhando a esfera pública, seja definido como prioritário pelo Estado. Como tal definição decorre das demandas socialmente estabelecidas, do modo como estas são coletivamente encaradas, bem como das representações que são construídas e contextualmente infundidas a seu respeito, há que se dizer que a grande imprensa, por um lado, e os pesquisadores, por outro, têm um papel de fundamental importância a desempenhar. Isso porque, ao voltarem a sua atenção para a temática da violência sexual nas universidades, eles, decerto, podem participar de sua visibilização pública, contribuindo, assim, para a superação de um ciclo vicioso no qual as instituições tendem a ser consideradas mais importantes do que as pessoas.

Considerações finais

No início do artigo, fiz referência a uma canção que embalou a juventude brasileira nos anos 1980. Embora eu soubesse cantar a letra de cor e salteado, não fazia ideia de que ela tratava de uma relação abusiva. Tendo a acreditar que isso não tenha ocorrido apenas comigo. Fato é que a canção foi (re)descoberta na década passada, sinalizando que uma nova mentalidade estava em construção. Mentalidade essa pautada pelo que Foucault (1995), com rara felicidade, denominou de “insubmissão da liberdade”. Prova disso reside no número cada vez maior de acadêmicas feministas, advogadas e psicólogas voluntárias, bem como de coletivos independentes, que se mobilizam dentro e fora das universidades para amparar mulheres vítimas de todo tipo de violência, inclusive, sexual. Imbuídas da convicção de que é possível “ultrapassar a visão programada de uma época e desarticular o programa cultural e jurídico que a sustenta”, tais agentes vislumbram a existência de todos e todas nós como a de “seres históricos, que exercemos algum grau de liberdade e autonomia e, portanto, damos plenitude humana à nossa existência, seja qual for a sociedade em que vivamos” (SEGATO, 2006: 223).

Felizmente, mesmo diante das vicissitudes, mais e mais mulheres têm optado por não permanecer em silêncio. Nesse sentido, o apoio encontrado no interior das universidades tem se revelado de suma importância, haja vista a eclosão de iniciativas de combate à discriminação e à violência contra as mulheres em tais espaços. Na Universidade de São Paulo, por exemplo, foi fundado o Escritório USP Mulheres, em 2015. O projeto faz parte de uma rede de acolhimento a vítimas de agressão e assédio sexual. A Universidade Federal de Pelotas, no Rio Grande do Sul, lançou o Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, em 2017. A Universidade Federal da Integração Latino-Americana instituiu o Comitê Executivo pela Equidade de Gênero e Diversidade, em 2018. A Universidade Federal da Paraíba, fundou o Comitê de Políticas de Prevenção e Enfrentamento à Violência

Contra as Mulheres na UFPB, o primeiro serviço do tipo nas federais brasileiras. Suas idealizadoras contam orgulhosas que a iniciativa, aprovada pelo conselho universitário em setembro de 2018 e inaugurada em março de 2019, partiu da “luta organizada das mulheres da comunidade universitária”. Como esses, há diversos projetos, núcleos de pesquisa e coletivos universitários em funcionamento no país, o que, num futuro próximo, deve ajudar a modificar o quadro desalentador apresentado ao longo deste artigo. Enfim, o caminho começou a ser pavimentado, mas ainda há muito por se fazer...

Não raro associados à temática de gênero, atualmente, abundam os trabalhos acadêmico-científicos sobre violência, a ponto de ser mesmo inexequível a realização de um levantamento bibliográfico completo. Não obstante, como procurei apontar, esses trabalhos costumam olhar “pra fora”, tendo como base empírica uma realidade relativamente distante. Por uma série de razões, eles negligenciam o que acontece no interior das universidades. Nesse particular, tudo se passa como se a Universidade, enquanto instituição, não olhasse para si mesma, não se escutasse ou preferisse silenciar uma realidade da qual não tem motivos para se orgulhar. Por mais que isso possa soar como um libelo, sou da opinião de que todos precisamos assumir responsabilidades. Foi essa, aliás, a inspiração deste exercício autorreflexivo sobre práticas que, hoje, graças às minhas alunas, vejo como condenáveis. Sua postura renovou a lição de que o professor não é uma boca, nem o estudante um ouvido. Se a criação de instâncias legais e protocolos para lidar com os casos de violências sexual é fundamental, não menos importante seria aprendermos a ouvir com atenção e respeito o que as vítimas têm a nos dizer. Entre outras razões, para melhor avaliarmos quando, onde, como e se devemos nos posicionar. Segundo me parece, sem isso, aquela velha máxima do diálogo com a diferença não vai além de uma expressão elegante, mas inteiramente desprovida de sentido.

Recebido em 1 de março de 2024.

Aprovado em 1 de novembro de 2024.

Referências

- BELLINI, Daniela Mara Gouvêa. *Violência contra mulheres nas Universidades: contribuições da produção científica para sua superação (SciELO e Web of Science 2016 e 2017)*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. "A produção e a reprodução da língua legítima". In: *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1998, pp. 29-52
- BUENO, Samira et al. *Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil*. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública/Datafolha: Instituto de Pesquisas, 2023.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. Existe violência sem agressão moral? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 23 (67): 135-146, 2008.
- DUTRA, Zelia Aparecida Pereira. "A Primavera das Mulheres: ciberfeminismo e os movimentos feministas". *Revista Feminismos*, 6 (2): 19-31, 2019.
- FERREIRA, Helder et al. *Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados (Texto para discussão)*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2023.
- FOUCAULT, Michel. "O sujeito e o poder". In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert Lederer (eds.). *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. pp. 273-295.
- FREITAS, Silvana de. "Para juiz, proteção à mulher é "diabólica". Edilson Rodrigues considerou inconstitucional a Lei Maria da Penha, contra violência doméstica, e afirmou que o mundo é masculino". Cotidiano, *Folha de S. Paulo*, 21 de outubro de 2007.
- LELIS, Acácia Gardênia Santos; FORTES JÚNIOR, Mario Jorge Tenorio. "O grito das "Camilas" não ecoa na sociedade: a visão da exploração sexual de crianças e adolescentes na música interpretada pela banda "Nenhum de Nós"". *Revista de Direito, Arte e Literatura*, 2 (1): 1-16, 2016.
- MISSE, Michel. *Malandros, marginais e vagabundos & a acumulação social da violência no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Universidade Cândido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.
- QUEIROZ, Thuani Coutinho Gomes de. "A problemática da fala como prova no âmbito intrafamiliar". *II Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura*, Foz do Iguaçu, 2018. pp. 1-6.
- RODRIGUES, Lea Carvalho. *Rituais na universidade: uma etnografia na Unicamp*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.
- SANTOS, Cleverson Lucas dos. "'Camila, Camila': memórias e marcas que insistem em não desaparecer". *Revista Linguasagem*, São Carlos, v. 23 (1): 2015, pp.1-13.

SEGATO, Rita Laura. “Antropologia e direitos humanos: alteridade e ética no movimento de expansão dos direitos universais”. *Mana*, 12 (1): 207-235, 2006.

STRATHERN, Marilyn. “Uma relação incômoda: o caso do feminismo e da antropologia”. *Mediações*, 14 (2): 83-104, 2009.

SAYURI, Juliana; SICURO, Rodrigo. Abusos no campus. Mais de 550 mulheres foram vítimas de violência sexual dentro de universidades desde 2008. *Intercept Brasil*, 10 de dezembro de 2019.

ZALUAR, Alba. “Violência e crime”. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. São Paulo: Sumaré/ANPOCS, 1999. pp. 13-107.